

VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRT DA 17ª REGIÃO.

QUESTÕES:

1- Possibilidade e limites de utilização da nermenêutica constitucional como instrumento de superação da crise e construção de novos paradigmas no Direito do Trabalho.

2- Uso e abuso do jus vanand. Papel, importância, limites e perspectiva da ação sindical na defesa da dignidade do trabalhador.

3- A diretoria de uma empresa pública federal elaborou e aprovou um regulamento de pessoal onde ficou estabelecido que a dispensa ainda que sem justa causa, de qualquer de seus empregados concursados ou com mais de 6 (seis) anos de serviço para aquele empregador teria que ser feita mediante prévio processo administrativo que justificasse tal dispensa sob o ponto de vista econômico, funcional ou disciplinar, consagrando direito de defesa.

Após 10 (dez) anos de vigência do regulamento, uma nova diretoria passou a dispensar inúmeros servidores sem observância da formalidade aludida acima, argumentado que o regulamento não foi apresentado ou submetido ao Ministério ao qual está vinculada a empresa.

Essa nova diretoria, dois anos depois, revoga o regulamento acima e aprova outro sem previsão de qualquer formalidade para a dispensa e continua a praticar as dispensas imotivadamente.

Considerando que o administrador tem legitimidade para rever atos administrativos, analise os referidos regulamentos e também as dispensas dos empregados (concursados e/ou com mais de seis anos de trabalho na empresa), praticadas antes e depois da revogação do primeiro regulamento, sob o prisma do direito adquirido, da validade ou invalidade dos atos administrativos e segundo as normas do Direito do Trabalho.

4- Informe e comente as inovações trazidas pelo o Novo Código Civil em relação à responsabilidade civil, respondendo às seguintes questões:

a) Como e em quais circunstâncias o administrador da empresa, não o sócio, pode ser responsabilizado pelos danos ou prejuízos que causar à sociedade ou a terceiros?

b) Para se reconhecer a responsabilidade patrimonial do administrador, não sócio, em relação aos créditos trabalhistas é necessária a sua inclusão na fase cognitiva? Justificar a resposta.

5- A respeito da competência da Justiça do Trabalho, ampliada pela EC 45/2004, ofereça resposta fundamentada às seguintes demandas.

a) Considerando-se o art. 114, I a IX e seus parágrafos da CF como norma de eficácia plena e partindo do pressuposto de que os contratos de arrendamento agrícola e parceria rural se enquadram no conceito de relação de trabalho de que trata o inciso I do referido artigo, aponte o procedimento adequado às ações que tem por objeto conflitos deles decorrentes.

b) A exigência de mútuo consenso como condição de procedibilidade das ações de dissídio coletivo de natureza econômica, à luz do direito processual constitucional, fere o princípio da inafastabilidade da jurisdição?

c) Infere-se da dicção do inciso VII do art. 114, que as multas administrativas poderão ser impostas tanto pelo Juiz do Trabalho, sendo certo deduzir que a fonte primária para a execução delas é a CLT e apenas subsidiariamente a Lei n. 6.830/80?

6- Disserte sobre as espécies de cumulação de pedidos conforme disciplina o direito processual civil analisando as possibilidades de sua aplicação no processo do trabalho quando o conflito envolver circunstâncias fáticas cujo enquadramento jurídico se encontra na zona limítrofe entre a relação de emprego e a relação de trabalho *lato sensu*.

7- Comente a distinção de tratamento relativamente aos ônus da prova dados pelo direito processual civil e processual do trabalho, enfrentando a possibilidade de sua invasão nos processos que têm por fim solucionar litígios envolvendo os contratos de natureza civil que se enquadram no conceito de relação de trabalho.